

PLURALIDADE NA RELAÇÃO COM O PASSADO EM *RETRATO DO BRASIL* (1928) DE PAULO PRADO

PLURALITY IN THE RELATIONSHIP WITH THE PAST IN *RETRATO DO BRASIL* (1928) OF PAULO PRADO

Clayton José Ferreira¹
Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
claytonjf15@hotmail.com

Resumo: A partir da análise do ensaio *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado (1869-1943), serão tematizados os aspectos das possibilidades de relação com o passado no interior de sua escrita. Inicialmente, algumas considerações acerca da sensação de desordem temporal e a produção de narrativas históricas na busca por norteamento rumo a perspectivas de progresso, portanto, a realização de uma função ética e política para a escrita da história. Em seguida, será desenvolvida a hipótese de que o ensaio de Prado produz a intensificação da distância acerca de experiências históricas consideradas contraproducentes para o presente, enquanto busca se aproximar de passados considerados importantes para potencializar o presente.

Palavras-chave: História das Ideias; Teoria da História; História da Historiografia; Paulo Prado; Distância Histórica.

Abstract: From the analysis of the essay *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), by Paulo Prado (1869-1943), the aspects of the possibilities of relation with the past within his writing will be thematically analyzed. Initially, some considerations about the sensation of temporal disorder and the production of historical narratives in the search for guidance towards the prospects of progress, therefore, the accomplishment of an ethical and political function for the writing of history. Then, the hypothesis will be developed that Prado's essay produces the intensification of the distance about historical experiences considered counterproductive for the present, while it tries to approach the multiple past considered important to potentiate the present.

Key-Words: History of Ideas; Theory of History; History of Historiography; Paulo Prado; Historical Distance.

Texto recebido em: 01/11/2018
Texto aprovado em: 24/05/2019

¹ O autor desenvolve projeto de doutoramento com auxílio de bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) sob orientação do Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8482025664983564>. Identificador ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6183-6288>.

Um retrato como orientação

A partir do ensaio *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado este texto apontará algumas possibilidades do conhecimento histórico como norteador em uma temporalidade que, por meio das transformações sociais, políticas e culturais, foi marcada por um ritmo acelerado.² Trata-se da década de vinte do início do século vinte brasileiro, um momento de grande debate no interior das categorias de moderno, modernista e modernidade. A percepção a respeito de um desnortamento no interior desta instabilidade temporal teria gerado uma contra medida de ação frente aos desafios aparentemente insuperáveis. Tal disposição caracterizou-se por uma iniciativa pragmática - projeto de ação e orientação - constituída por dois esforços aqui analisados segundo as categorias propostas por Gumbrecht: a elaboração de sentidos sobre o passado simultaneamente a uma narrativa estética, sensorial e afetiva, ou seja, a produção de presença.

Gumbrecht compreende o *sentido* como o esforço de interpretação racionalizante e objetificador do mundo, onde o sujeito e o objeto são separados. Portanto, o sujeito é entendido como uma consciência que se relaciona com os objetos e as relações entre o corpo e a materialidade do plano da vida são consideradas menos importantes. Do mesmo modo, o paradigma do sentido se constitui pela noção de que, através da razão e da técnica, é possível transformar a natureza em favor da atividade humana. O paradigma da *presença* diz respeito à tangibilidade dos objetos através do corpo, das experiências sensoriais e afetivas. Aqui, o próprio corpo não se distingue ontologicamente das coisas e o impulso para a transformação, encontrado na cultura de sentido, é substituído por uma vontade de se inscrever em uma dada cosmologia.

Ainda que haja a preponderância da cultura de sentido em muitas sociedades na modernidade, a perspectiva da presença nunca desaparece mesmo na experiência mais racionalista. Ambas são possibilidades de linguagem textual intensamente utilizadas por Prado e outros intelectuais de sua época, as quais possuem fortes disposições ético-políticas. Em seus

² Dutra faz apontamentos ao texto de Elycio de Carvalho que, acredito, dizem respeito à referência do ensaio como gênero textual entre muitos dos seus contemporâneos: um “ensaio literário com forte influência da arte e da literatura europeia na figura de autores como Gabriele d’Annunzio, Oscar Wilde e Marcel Proust; e da filosofia e da crítica alemã, a exemplo de Nietzsche e Heine” (DUTRA, 2005, p. 89).

ensaios, as temáticas culturais e sociais, em suas diversas camadas, tornam-se protagonistas das reflexões e dos argumentos pragmáticos lógico-formais e estéticos³. Para tal iniciativa, o conhecimento histórico exerce a função de um interpretador crítico legítimo central.

No interior destas escolhas, esse saber histórico procura possibilitar novas relações com o passado através de uma diminuição da relação com determinadas experiências históricas ou da intensificação a respeito de outras. Ou seja, há, em seu ensaio, como o de muitos de seus contemporâneos, um esforço de aproximação em relação a certas experiências do passado consideradas potencializadoras de iniciativas positivas para o presente, simultaneamente à intensificação do alargamento e distanciamento a respeito das dimensões passadas consideradas inadequadas às perspectivas da temporalidade própria destes ensaístas.⁴

Prado encara a historiografia metódica e historicista com grandes ponderações, o que também significa dizer que, mesmo compreendendo a existência de alguns sentidos no processo histórico, o autor e parte de seus contemporâneos são céticos em relação a uma metanarrativa ou filosofia da história de grande rigidez.⁵ Há séria descrença quanto a normatividades restritas da escrita da história e, sendo assim, investe no discurso progressista simultaneamente à desconfiança acerca do progresso linear. Tal possibilidade, no interior da escrita da história no Brasil, gradativamente se sedimentaria na primeira metade do século XX, especialmente após a Grande Guerra.

Segundo Prado, o presente republicano é fruto de um processo histórico que paulatinamente produziu e concretizou um sentimento generalizado de tristeza. A cobiça e a luxúria difusa na sociedade colonial, juntamente com certa ineficácia de gestão do Estado, produziram a insociabilidade e uma desordem afetiva que culminou no egoísmo. As convicções intelectuais do romantismo solidificaram ainda mais tal instabilidade. Para Prado, essas

³ A saber, encontramos em seus textos projetos os quais procuram indicar possibilidades de ação para o enfrentamento e transformação da realidade social e política do país. Alguns destes projetos possuem características que visam dar ordem racional e lógica as suas compreensões sobre seus objetos de estudo (o passado, o presente, política, etc.) enquanto outros dispõem de uma iniciativa sensorial, afetiva e subjetiva a respeito de seu entendimento sobre tais objetos.

⁴ É importante indicar que tais autores, quando pretendem refletir acerca do presente através de experiências passadas estão completamente distanciados de princípios de uma história como mestra da vida.

⁵ Em muitos dos ensaios não existe a intenção em definir uma compreensão de historicismo, mas nota-se claramente o conhecimento destes argumentos. No interior da falta de definição e mesmo entre alguns equívocos conceituais é possível concluir que há aproximação entre estes autores e os preceitos historicistas - metodológicos, científicos e filosóficos (metanarrativa). O que de fato grande parte destes autores se opõe, especialmente aqui, Prado, diz respeito ao positivismo, e não ao historicismo.

condições convergiram na fixação da tristeza durante a formação dos elementos da nação moderna, o que acabava por produzir uma indolência na sociedade. Foi este temperamento histórico que se tornou, portanto, uma herança negativa do passado. No entanto, como as tradições se constituem através das experiências históricas, Prado indica a possibilidade de reestabelecer uma nova relação com o passado de forma a superar esta ordem afetiva.⁶

A operação se constitui de uma dualidade a qual pretende negar parte desta herança simultaneamente à valorização de outras dimensões do passado, produzindo uma reeducação sentimental, como consequência, uma melhor sociabilidade. Nota-se que não há um esforço em intensificar a aceleração temporal, a qual afastaria cada vez mais o passado do presente e futuro, mas sim o distanciamento a respeito de certas experiências concomitante a aproximação de outras consideradas mais adequadas para o presente. O aparato estético de Prado busca viabilizar uma intimidade com o passado através de uma descrição densa de ambientes históricos que provocam a percepção sensitiva do leitor, ou melhor, procura constituir uma estética. Este vínculo possui uma dimensão ética, a qual quer produzir a sensação de inadequação de certa consequência passada ou a necessidade de valorização de elementos históricos. Prado aponta seus projetos ético-políticos através de uma linguagem lógico-formal e estética, porém, como característica de uma atitude melancólica, sempre matiza as dificuldades em realizá-las no interior das adversidades do seu tempo.

Intensificação ou redução das relações com o passado

Uma pragmática estética a respeito do passado, para o autor, parece possibilitar mais rapidamente, diretamente e com eficiência uma familiaridade com aquelas experiências as quais quer criar intimidade. Esse esforço quer acessar vivências históricas consideradas positivas para a orientação no presente. Do mesmo modo, a *presença* tenta produzir uma aversão sentimental a qual intensifica a distância a respeito daquelas dimensões passadas, ou heranças, consideradas

⁶ Aponto que esta perspectiva de um passado como aquele que oferece alguma orientação no ensaio de Prado se difere da noção de *historia magistra vitae* pois não entende o passado como aquele que, necessariamente, norteia a ação dos sujeitos. De forma diversa, Prado entende que os sentidos e relações estabelecidos com o passado, mesmo a partir da pesquisa histórica, podem ser desorientadores. O saber histórico, portanto, não oferece garantias na busca por direções ou na mediação das ações. Pode, ao contrário, potencializar o que ele entende como a sedimentação das culturas afetivas da luxúria, da cobiça e da tristeza.

negativas ao presente. A experiência a ser valorizada, e especialmente aquela que legou heranças negativas, precisa ser experimentada como ambientes históricos: a primeira como potencialidade histórica a ser evidenciada e intensificada e a segunda como aquela a ser obscurecida e distanciada.

No ensaio de Paulo Prado, o passado é apresentado de duas formas diversas e, portanto, sua relação com este passado e as possibilidades de orientação através deste apontam para duas perspectivas. A primeira seria a ideia de que há heranças desse passado (parte de sua perspectiva de influência psicanalítica) compreendidas e compartilhadas afetivamente por uma vasta comunidade nacional. Sendo assim, esse passado, ao se referir a toda uma identidade em constituição através do *topos* Nação, reificava a “tristeza” e o desânimo atávico da sociedade. Partindo dos trabalhos de Gumbrecht como perspectiva teórico/metodológica, compreendemos que essa primeira forma de tematização e de produção de certa relação com o passado parece possuir características mais próximas aos “efeitos de presença”. A herança desse passado afeta e presentifica o corpo do leitor ao mobilizar sensorialmente a luxúria, a cobiça ou os sentimentos tristes e desanimados dos homens no passado descritos por Prado. Além disso, os inscreve em uma estrutura construída historicamente, a qual parece não querer passar. Com base nessa espécie de estratégia sensorial, descrita aqui através da perspectiva de Gumbrecht, Prado tenta intensificar outras possibilidades de experiência em seu presente.

Podemos pensar junto a Paulo Prado, a partir do que Gumbrecht explicita acerca do “efeito de presença”, que, na presentificação, a passagem do tempo não é “vivenciada como produtora de uma distância *vis-à-vis* com o passado” e, portanto, “a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir” (GUMBRECHT, 2009, p.17). Sendo assim, acredito tratar-se de um passado que, ao ser evocado, parece unir experiências temporais diversas ao presentificar o que Prado chama de “tristeza brasileira”. Essa evocação possui contornos anacrônicos por aproximar as experiências como se fossem situações similares, unindo as duas situações. Estaria aqui uma epifania produzida através de uma linguagem que evoca objetos e lugares, e que assim, confere uma presença material ao passado.

A outra possibilidade de tematização do passado, através das perspectivas de orientação e reordenação da relação com tais experiências, encontra-se na valorização de determinadas dimensões históricas. Através de sua linguagem pragmática, Prado procura evidenciar

experiências passadas às quais poderiam oferecer algum tipo de orientação. Mas isto se dá não somente através de uma “história nacional”, como é possível perceber a importância que o autor atribuiu à colonização norte americana na sua analogia entre a formação da sociabilidade nos Estados Unidos e no Brasil. Há, nessa comparação, uma provocação acerca da necessidade de reorganização da sociedade brasileira com o intuito de atingir a modernização e o progresso, do mesmo modo que acredita terem atingido os estadunidenses. Do mesmo modo, aponta a necessidade de se evitar constituir os problemas de insociabilidade dos Estados Unidos. Este passado surge como uma possibilidade latente de orientar historicamente em favor do princípio daquela temporalidade, apontado como o progresso. Surge também para demonstrar consequências históricas em sociedades distintas nas quais houve investimentos adequados nos componentes políticos e sociais, resultando no que o autor entende como progredir.

Prado parece compreender que a possibilidade de progresso está diretamente ligada a certo equilíbrio nos diversos elementos das relações humanas em sociedade e sua ordenação. A saber, estes elementos são a “rebeldia”, o “o ímpeto mercantil”, a “insubmissão à tirania”, a “liberdade” e a “individualidade” de um lado, e do outro, a “coletividade”, a “moderação”, a “organização administrativa”, o “poder justo do Estado”, o “trabalho” e a “moralidade”. Nota-se que são dicotômicos e, portanto, seria necessário evitar os radicalismos polarizadores para não ir ao encontro do egoísmo ou da tirania. Para o ensaísta, a decadência do Estado português está associada a vários desses excessos.

A nação portuguesa, corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes, perdia, pouco a pouco, a sua primitiva vitalidade. Os governos, despóticos e incapazes, só conservavam a antiga energia para sustentar a Inquisição (PRADO, 1928, p. 45).

Nota-se, portanto, que o progresso, enquanto possibilidade de realização, não se concretiza de forma linear, a despeito das ações humanas e como uma filosofia da história. No caso brasileiro o que ocorreu foi a intensificação da individualidade, a indiferença, a indolência e a tristeza, pois não houve o desenvolvimento dos outros elementos os quais promoveriam uma sociabilidade plena em nossa experiência histórica: “*Ubi bene, ibi patria* [onde se vive bem, aí está a pátria], diz o nosso profundo indiferentismo, feito de preguiça física, de faquirismo, de submissão resignada diante da fatalidade das coisas” (PRADO, 1928, p. 110).

Para constituir este argumento, o autor produz uma narrativa histórica a qual quer sintetizar a história do Brasil. Segundo Prado, o colonizador era o homem da Renascença o qual buscou na própria história o referencial para as suas novas ambições. Substituíram a obediência ao individualismo, já que “neste anseio os povos da época se sentiam abafados e pesados na vida estreita da Europa”. A partir desta novidade, transformaram quando não negaram alguns valores do cristianismo de até então ao compreender que “era preciso alterar – na terminologia nietzschiana – o sinal negativo que o cristianismo inscrevera diante do que exprimia fortaleza e audácia” (PRADO, 1928, p. 8). A busca constante por estabilidade, segurança (fortaleza), a resignação a qual repele o “espírito aventureiro” e a “audácia”, são heranças negativas do cristianismo as quais se tornaram inadequadas para os homens renascentistas. Os descobrimentos se converteram em sinônimo de libertação e experimentação da vida material:

A ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a renascença fizera ressuscitar. [...] É assim que a volta ao paganismo [...] que o retorno ao ideal antigo teve como melhor resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo. [...] Abrir as portas da prisão ocidental. Substituir a Obediência a Vontade individualista. Dissipar as constantes e aterrorizantes preocupações da Morte e do Inferno – medo de Deus e medo do Diabo – que tanto torturavam os espíritos cristãos. A era dos descobrimentos foi resultado desse movimento de libertação. Dilatava o mundo de que dois terços ainda não eram conhecidos e exaltava a vida física, como mais tarde a Revolução Francesa foi a exaltação da vida intelectual, arrogante e independente (PRADO, 1928, p. 8-9).⁷

Mais a frente, dando continuidade ao seu argumento sobre a Renascença e sobre a modernidade, Prado faz a seguinte reflexão:

A Renascença e a Reforma modificavam por seu turno a estrutura social e moral da civilização ocidental. Pactos aparentemente isolados viriam a ter um significado que os contemporâneos não percebiam. Assim, no mesmo ano em que Cortez sitiava a cidade do México, Lutero queimava em Wittenberg a bula do Papa. Havia no ar, com a surpresa das descobertas, um espírito de renovação e de revolta, precursor de novas ideias e de homens novos (PRADO, 1928, p. 64).

A modernidade, para Prado, constituiu essa dinamicidade entre os elementos de individualidade, de liberdade e revolta que, se não se associarem a outros componentes que os

⁷ É importante notar que palavras como “Obediência”, “Vontade”, “Morte”, “Inferno”, “Deus” e “Diabo” são tratados como substantivos, apontando-as, desta forma, como protagonistas dos fenômenos históricos do início da modernidade.

moderem, sem suprimi-los, que façam com que eles resultem em algo profícuo, podem trazer como consequência a insociabilidade e a crise ao desenvolvimento social e civilizacional. Sobre o início dessa modernidade, Gumbrecht descreve uma nova possibilidade no que tange ao agir deste homem ocidental: os sujeitos deixam de se orientar a partir da compreensão de que há uma unidade harmônica entre eles e o mundo. O homem dessas primeiras experiências da modernidade se entende como uma consciência (sujeito) que compreende e experimenta o mundo como objeto, ou seja, como algo que não se relaciona com ele de modo mais íntimo. Sendo assim, sua inquietude é constante e seus limites se expandem: a transformação/diferenciação e não mais a manutenção/preservação torna-se o elemento de ordem.

Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto o entre sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira condição estrutural do Início da Modernidade. Sua segunda condição está na ideia de um movimento – vertical – mediante o sujeito lê ou interpreta o mundo dos objetos (GUMBRECHT, 1998, p. 12).

Diferentemente da experiência brasileira, o que explicaria o sucesso dos Estados Unidos foi uma colonização baseada no trabalho e na moderação das novas características da experiência moderna, e isto a partir de uma tensão “saudável”, adequada, entre individualidade e comunidade, entre ímpeto e sobriedade. Com isto, foi possível criar “estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental” (PRADO, 1928, 62-64). Sem esse equilíbrio, o que seria legado ao futuro seria a “tristeza” e a indeterminação. Importante notar que, para o ensaísta, há traços desses “estimulantes” no nosso passado, mas eles foram subjugados por problemas no interior da nossa história e pelo esquecimento legado na própria historiografia: “Nos primeiros tempos produzimos os mais magníficos exemplares de bruta força humana, mas não conseguimos preparar a argamassa que liga os grandes povos idealistas” (PRADO, 1928, p. 110).

Sendo assim, acredito que, para Prado, seria possível superar heranças negativas do passado com o investimento naquilo que poderia desenvolver a política, a ética e a sociedade, e isso porque muitos desses elementos poderiam ser observados no próprio passado brasileiro. Ou melhor, tais características positivas também pertenciam de alguma forma à história do

Brasil, de modo que precisariam ser recuperadas, evidenciadas através de investigações historiográficas e, por conseguinte, intensificadas na busca por inspirar a comoção dos sujeitos em busca por progresso. A experiência dos europeus do séc. XV e XVI eram propícias ao que as terras americanas ofereciam: probabilidade de experimentar a liberdade e o individualismo. Esse seria o primeiro passo que constituiria os elementos acentuados na história do que viria a ser o Brasil, mas a exacerbação de tais sentimentos e atitudes degeneram perspectivas de progresso.

Penso que para esse autor (e outros em sua historicidade), a relação com o passado poderia e deveria ser reconstituída a partir de uma intenção pragmática, claro, mais propriamente fundada na ordem estética, sensorial e afetiva e lógico-formal. Trata-se de um investimento ético-político no que podemos chamar de “presença”, para após este esforço, abrir a possibilidade à produção de sentidos complexos e pertinentes. Nesse último movimento, o passado adquire significado através da interpretação, porém, cuidadosamente elaborada a partir do âmbito, que é o do estético. Como algo característico a sua historicidade, há uma atitude constituída na modernidade a qual muitas vezes privilegia a experiência de sentido em detrimento da presença. No entanto, no texto de Prado, o sentido é parte de outra estratégia onde a experiência estética ético-politicamente orientada é tão central quanto a pragmática lógico-formal. Em seu ensaio, o sentido é produzido a partir de um esforço de sensibilização contundente.

Para além da necessidade de uma síntese historiográfica e científica do passado legitimada pelos historiadores “eruditos” ou profissionais, as compreensões sobre o passado estariam em disputa e assim disponíveis aos mais diversos letrados devido à importância da tematização da história. Não como uma compreensão distante e estranha ao que foi em outro tempo, mas aquilo que de alguma forma constitui parte do presente e diz respeito a todos que o compartilham. Como argumenta Henrique Gaio, o modernismo brasileiro do qual Paulo Prado participou ativamente não se constituiu de um ideal de que o passado deveria ser apenas negado e superado como modelo do que não deveria ser seguido. Tratou-se de uma questão mais complexa, marcada por um rico antagonismo a respeito do passado onde as “permanências que impossibilitam um desenvolvimento político, cultural e, sobretudo, espiritual do Brasil” deveriam sim ser superadas, porém sempre havia a marca da “valorização do passado como forma de empreender a modernização nacional” (GAIO, 2008, p. 29-30).

Experiências para se relacionar e passados para recusar

Para Paulo Prado, o passado, mais do que ter legado uma herança atávica a qual, em muitos aspectos, deve ser superada, pode oferecer experiências que possibilitem a produção de alguma orientação (e estabilidade) mais adequada. Portanto, há sim um tom de angústia e pessimismo em sua escrita, porém não uma total descrença, um niilismo a respeito da sociedade. Há, portanto, o que justamente chamamos de atitude melancólica. Para descrevermos essa sua “melancolia”, compreendida por Rangel (2005, p. 22-23) como a busca pelo enfrentamento das dificuldades socioculturais de sua historicidade mesmo compreendendo que superá-las é uma tarefa extremamente difícil ou mesmo impossível, é necessário tentar reconstituir seu argumento de forma sintética.

O português que se instalou na colônia teria deturpado a sua capacidade de perpetuar os ganhos civilizacionais europeus os quais seriam a capacidade de racionalizar as instâncias da vida individual, social e natural (controle da natureza). É preciso sublinhar que a história a qual o ensaísta quer se direcionar muitas vezes é a do europeu (não apenas do europeu português) como uma possível extensão da brasileira, onde muitas vezes quer compreender todo o passado como a história geral da humanidade. O passado evidenciado, muitas vezes se trata também do advento da modernidade quando, por exemplo, aponta que da “renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano” (PRADO, 1928, p. 8). Por isso mesmo o que é valorizado como experiência orientadora, em muitos momentos, é o que poderíamos encarar como sendo o “do outro”, de outra “nação” ou sociedade. Dentro das concepções universalizantes, próprias à historicidade no interior da qual se movia o autor, há certo esforço em reproduzir e apontar os possíveis progressos e insucessos do homem, em geral, na história humana, ou em termos mais comuns em sua temporalidade, à civilização.

O colonizador, no entanto, por possuir poucas barreiras sociais e limites comportamentais, teria se entregado à “luxúria” e à “cobiça”. A falta de um Estado organizado, ou outro tipo de normatividade, resultou em uma fragmentação da totalidade da vida e uma tradição avessa à organização sistemática. Apesar de possuírem atributos quanto às características sociais e políticas da liberdade e da individualidade, estes homens não

adquiriram nenhuma outra contrapartida equilibradora, e assim não foi possível instrumentalizarem esses elementos de forma socialmente benéfica, já que:

[...] nenhum obstáculo encontravam para a satisfação dos vícios e desmandos que na Europa reprimiam uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte. Entregavam-se com a violência dos tempos à saciedade das paixões de suas almas rudes (PRADO, 1928, p. 31).

Portanto, apesar de possuírem fundamentos que, caso não se manifestem de forma exacerbada, são necessários ao desenvolvimento social no interior da modernidade, “os agrupamentos étnicos da colônia – os mais variados, de Norte a Sul – não tiveram outro incentivo idealista”, não possuíram nenhum ideal que produzisse uma solidariedade orgânica para a fundamentação de uma sociedade intensamente coesa (PRADO, 1928, p. 50-51). Para esse indivíduo, representado pela figura do “aventureiro”, dos colonos e seus descendentes, poucas preocupações eram atribuídas ao passado e ao futuro, e sendo assim, vivia-se em um presente constante.⁸ A pouca tradição referencial e o pouco futuro a ser planejado, somado à falta de organização coletiva⁹ levaram à desordem, ao individualismo, ao egoísmo, em resumo, à pouca capacidade administrativa, a um “liberalismo para poucos” e à deficiência moral e afetiva (PRADO, 1928, p. 29-31). Do mesmo modo, os problemas da formação nacional teriam sido reificados com o sistema escravista e, no século XIX, com a ideologia do romantismo, de modo que acentuaram o desânimo e a “tristeza”:

Sugerimos nestas páginas o vínculo secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os devaneios do mal romântico. Esses influxos desenvolveram-se no desenfreamento do mais anárquico e desordenado individualismo, desde a vida isolada e livre do colono que aqui aportava, até as lamúrias egoístas dos poetas enamorados e infelizes. Como reagentes nos faltaram, na nossa crise de assimilação, o elemento religioso, a resistência puritana da nova Inglaterra, a hierarquia social dos velhos pioneiros americanos, o instinto de colaboração coletiva (PRADO, 1928, p. 110).

⁸ O que mais tarde também foi um argumento importante para Sérgio Buarque de Holanda em seu primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*.

⁹ Com coletivo ou coletividade me refiro a uma organização de indivíduos que compartilha certa tradição, identidade, comportamentos e valores de forma relativamente estável e coesa, superando excessos do individualismo e egoísmo.

Nessa mesma citação, encontramos as duas perspectivas de como se apresenta esse relacionamento com o passado. Paulo Prado utiliza a valorização de experiências no tempo em um esforço para encontrar a possibilidade de reverter essa herança histórica. Esse ponto é apresentado em seu argumento comparativo entre a colonização brasileira e a norte americana. A religiosidade puritana dos Estados Unidos teria levado a um processo oposto ao brasileiro. A vida comunitária, a ética religiosa e os princípios normativos do colono norte americano conduziram à racionalização, à afetividade orgânica e à organização da colônia. Tudo se obteve pelo trabalho que, juntamente com a ética e princípios religiosos, possibilitaram o esforço social, a coletividade. Novamente, há aqui um elemento do passado a ser valorizado. A colonização americana “trazia para o novo mundo o princípio de liberdade e rebeldia que os fizera deixar a mãe pátria” (PRADO, 1928, p. 64). Ou seja, os colonos ingleses valorizavam, do mesmo modo, a liberdade, a rebeldia, a “revolta contra a autoridade” do rei e da igreja (PRADO, 1928, p. 64).

Esses também são elementos da colonização no Brasil, no entanto, a falta do componente para a coletividade - religião, ética, moral, poder administrativo, trabalho - acabou por intensificar o individualismo, a insociabilidade e, como consequência, a tristeza. O individualismo exacerbado e a ausência de elementos de coerção desses exageros impossibilitam o fortalecimento da solidariedade e o funcionamento orgânico entre os indivíduos na criação de comunidades e uma sociedade estável, saudável. Somado a isso, a intensificação dos “vícios” da “luxúria” e da “cobiça” levaram a um sentimento generalizado de “insaciedade”, (a incapacidade de prover constantemente a realização dos desejos), à falta de desenvolvimento de virtudes e a desarmonia social a qual culminaram no ceticismo e na “tristeza”¹⁰. As características de dinamicidade e plasticidade dos colonos no Brasil foram desvirtuadas devido ao investimento intensivo nos vícios:

Post coitum animal triste, nisi gallus qui cantat [todo animal fica triste depois do coito, salvo o galo, que canta], afirmava o velho adágio da medicina: é o “colapso”, dos médicos, depressão física e moral, passageiras em certas condições normais, contínua nos casos de excessos repetidos. No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento, sem cura para os seus males. Entre nós, por

¹⁰ É importante notar neste argumento de Prado sua matriz psicanalítica freudiana onde, ao não saciar seus desejos, o indivíduo pode entrar em estado de desordem mental e se tornar soturno.

séculos foi paixão insatisfeita, convertida em ideia fixa pela própria decepção que a seguia. Absorveu toda a atividade dinâmica do colono aventureiro, sem que nunca lhe desse a saciedade da riqueza ou a simples tranquilidade da meta atingida. No anseio da procura afanosa, na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaibo da desilusão (PRADO, 1928, p. 70).

Essa misantropia foi acentuada pelo “culto à dor” do romantismo, o qual acabou por generalizar a “tristeza” e solidificar a propensão à inércia de ação. Desse modo, houve um desinteresse pela busca por valores que produzissem maior coesão e estabilidade social nos mais diversos grupos que compõem a sociedade. Não houve, enfim, um estímulo ao desenvolvimento das capacidades solidárias e sociais, da propensão à ação e do rompimento da inércia social.

O romantismo foi de fato um criador de tristeza pela preocupação absorvente da miséria humana, da contingência das coisas, e sobre tudo o que Joubert chamava o insuportável desejo de procurar a felicidade no mundo imaginário. Entre nós o círculo vicioso se fechou numa mútua correspondência de influências: versos tristes, homens tristes; melancolia do povo, melancolia dos poetas. A nossa primeira geração romântica já fora triste, porque religiosa e moralizante, observou José Veríssimo; na segunda a tendência se acentuou pelo ceticismo e desalento dos chefes da escola. Perseguia-os a ideia continua da morte próxima, e como a uma mulher desejada, lhe faziam versos amorosos. Quase todos os poetas desse tempo morreram moços e tiveram o pressentimento desta fatalidade. Morte e amor. Os dois refrãos da poesia brasileira. O desejo de morrer vinha-lhes da desorganização da vontade e da melancolia desiludida dos que sonham com o romanesco na vida de cada dia. E fisicamente fracos pelo gasto da máquina nervosa, numa reação instintiva de vitalidade, procuravam a sobrevivência num erotismo alucinante, quase feminino (PRADO, 1928, p. 99-100).

O utilitarismo dos E.U.A. foi aliado à “vontade de poder”,¹¹ ou seja, suas escolhas moderadas estimularam o desenvolvimento da colônia. Da mesma forma que no Brasil, nos E.U.A. a natureza também propiciou grandes desafios, onde em uma natureza dura “desenvolveram as qualidades de homens de ação” (PRADO, 1928, p. 64). Os trabalhos de lavrador e pecuarista foram mais adequados ao estabelecimento da colônia. Intensificaram também a individualidade, mas simultaneamente, teriam a encaminhado para o estabelecimento de uma comunidade orgânica. Já no Brasil, a atividade mercantil e o ouro intensificaram a “cobiça” e o “individualismo”. Após os primeiros assentamentos das colônias dos E.U.A, a administração, tanto da colônia quanto da coroa, soube escolher os colonos e assim evitaram a exacerbada “bandidagem” e “má índole” que no Brasil se instalara. Também houve nos EUA

¹¹ Ao citar o conceito “vontade de poder” de Nietzsche, Prado não aponta a devida referência ao filósofo.

todo tipo “criminoso” e “decadente”, no entanto, acima disto, os elementos diversos da colonização equilibraram, em geral, as faculdades sociais e políticas das colônias.

Na mescla, porém, de todos os elementos que compunham a psicologia do colono, em dosagem variável mais constante, foi sem dúvida a forte disciplina religiosa dos primeiros agrupamentos congregacionistas o que fixou o tipo moral predominante na história do país. Foi essa poderosa unidade de espírito social, ajudada por um rigoroso espírito cooperativo, que promoveu e realizou a independência dos Estados Unidos. Nesse processo evolutivo a religião, estabelecida em condições favoráveis de higiene moral, preparou a atmosfera saudável em que pôde prosperar a nação (PRADO, 1928, p. 64).

A crítica comparativa aponta novamente para a urgência em se afastar da herança histórica depreciativa, já que a relação com o passado pode ser reconstituída e, ao mesmo tempo, é possível resistir a algumas determinações históricas e fazer despontar novas formas de agir. Isto é evidenciado em sua valorização da vida e da obra de Aleijadinho, por exemplo, o qual, mesmo vivendo no cerne dos problemas que constituíam a herança viciosa, teria conseguido produzir uma estética autenticamente brasileira, livre de modelos pré-estabelecidos e, por isso, rompendo com diversos padrões.

Deste lado do mar, após tanto deslumbramento e tanto bulício afanoso de ambição e loucura – e como para atestar a perenidade do espírito criador libertado dos interesses e acidentes humanos – de todo este passado apenas resta uma quase ruína que é uma obra de arte, a obra de Aleijadinho, escultor e arquiteto. (...) Não lhe perturbava o gênio inculto nenhum ensinamento de academias ou de mestres; a sua obra surgiu e viveu na espontaneidade da imaginação criadora, sem nenhuma deformação (PRADO, 1928, p. 58-59).

O que o autor aponta como aquilo que deve ser valorizado no passado é a capacidade de uma sociedade exercer sua coletividade de forma orgânica e acentuada, ao mesmo tempo, não sufocar a individualidade criativa e a potencialidade do indivíduo. Seu texto indica que tanto excessos coercitivos da coletividade, por exemplo, representadas pelas burocracias dos governos, quanto os exageros do individualismo podem levar à insociabilidade e gerar a decadência social e civilizacional. Podemos tomar como exemplo, entre tantos, a seguinte citação onde escreve que “a essa verdadeira pandemia” de cobiça pelo ouro, escaparam “os parasitas sedentários da burocracia metropolitana [...] pela estupidez vegetativa dos governos coloniais, capitães-mores, fidalgotes, desembargadores, ouvidores, bispos, toda a complicada

máquina administrativa que já começara a sugar a energia do velho Portugal” (PRADO, 1928, p. 44-45).

No entanto, para o autor, as ações dos jesuítas teriam inserido alguns elementos os quais poderiam equilibrar o excesso de liberdade e individualidade, ou seja, coletividade, moderação, organização administrativa, trabalho, ética e moralidade. Nos impulsos libertários da renascença, “contra essa tendência revoltada se formou a Companhia de Jesus, tendo como uma das suas bases fundamentais a Obediência. É o que explica a longa luta dos colonos no Brasil contra os jesuítas” (PRADO, 1928, p. 123). Porém não tiveram influência o bastante para moldarem a sociedade como um todo, já que seus valores não foram suficientes para combater a “luxúria” e a “cobiça” que intensificavam os “egoísmos”:

Pelo derivativo da fé missionária, em que no desenfreamento das paixões do Novo Mundo o jesuíta representou o poder moderador, o elemento de cultura moral (...) a ação da companhia, amoldando-se à forma da sociedade, à rebeldia dos insubmissos, foi sempre ativa, direta, constante, exercendo-se em cada família, em cada indivíduo para ser eficaz sobre a coletividade. O que foi a luta contra os interesses, as ambições, a devassidão da sociedade, a cobiça dos colonos, indica-o perfeitamente a crônica das dissenções entre piratininguanos, maranhenses e os padres, quando as incursões [destes três últimos] a pretexto da defesa do índio e de catequese, se transformaram em expedições escravocratas procurando o gentio como objeto de comércio (PRADO, 1928, p. 44-45).

Do mesmo modo, a valorização da capacidade em não se submeter a estruturas consideradas corrompidas e de não perder de vista a possibilidade de transformação e adaptação, ou melhor, a plasticidade, “emerge como indivíduo que valoriza uma intervenção, individual ou coletiva, onde possa ser deslumbrada uma ação juvenil e contestadora” (GAIO, 2008, p.85). Aqui surge a importância da rebeldia, da liberdade, da individualidade e a insubmissão à tirania como nas páginas onde analisou a colonização dos Estados Unidos e seu aparente sucesso social e político. A valorização dos elementos desse passado pode ser percebida em diversos momentos de seu ensaio. A partir de relatos de Thomé de Souza, o autor se refere aos importantes filhos do Português João Ramalho. Estes se tornaram chefes de expedições e eram exemplos eminentes do que ele chama de “linhagem mestiça” entre brancos e indígenas (PRADO, 1928, p. 107-109).

João Ramalho, patriarca dos campos de serra-acima na capitania de São Vicente [...] foi o ascendente por excelência dos mamelucos paulistas que viriam a exercer tão grande influência na história do Brasil; foi o antepassado típico, como o descreve o

primeiro governador, do antigo piratiningano, fisicamente forte, saudável, longo, desabusado e independente, resumindo as qualidades com que dotou gerações e gerações de descendentes (PRADO, 1928, p. 18-19).

Logo adiante, descreve como se constituía a sociedade colonial cem anos depois dos primeiros europeus de 1500, onde “poucos estabelecimentos se desenvolviam, em meio de desertos desolados” (PRADO, 1928, p. 30). Aqueles que estavam instalados na colônia eram “os marítimos, os mercadores, os oficiais mecânicos, os assalariados, os proprietários rurais”, além de “escravos, indígenas, africanos ou seus descendentes” (PRADO, 1928, p. 30). Segundo o ensaísta “caracterizava o europeu o desamor a terra” pela vontade de enriquecer “para desfrutar o além-mar”, a não ser os casos onde “os velhos acostumados ao país não queriam sair mais” (PRADO, 1928, p. 30). Apesar de muitos desses europeus (e mais importante, portugueses) serem indivíduos os quais “o crime, a ambição ou o espírito aventureiro fizera abandonar a Europa civilizada”, eles e seus descendentes também possuíam um espírito desbravador, implacável capacidade de sobrevivência e adaptabilidade frente à hostilidade do ambiente (PRADO, 1928, p. 30). Tratava-se de um “dinamismo formidável de uma época, de uma raça e de um novo tipo étnico, convergindo numa ideia fixa avassaladora. Ouro, ouro, ouro” (PRADO, 1928, p. 44):

Apresentavam um produto humano fisicamente selecionado, tendo resistido aos perigos, tribulações e sofrimentos da longa e incerta travessia. Ao se instalarem no país virgem tinham conseguido vencer a hostilidade da natureza e adaptar-se às condições de uma nova existência. Nesta, tinham aceitado mais ou menos a mentalidade a moralidade ambientes a aprendido com o aborígene o processo de caça, de pesca e de rudimentar que forneceriam o milho, o cará e a mandioca a sua escassa alimentação. [...] Moralmente já eram mestiços, observou Capistrano, e essa como que mestiçagem lhes permitiu, na luta em que sucumbiam os fracos e tímidos, a fácil adaptação a vida colonial (PRADO, 1928, p. 31).

O próprio português anterior ao encontro com o ambiente “propício aos excessos” possuía características importantes para as novas experiências modernas:

[...] o português heroico do século XV ‘fragueiro, abstinente, de imaginação ardente, propenso ao misticismo’, que criaram o tipo perfeito de homem - aventureiro, audacioso e sonhador, livre, sem reboços nem eufemismos de linguagem, como imaginamos os que pintou Nuno Gonçalves no retábulo de São Vicente (PRADO, 1928, p. 67).

Ainda sobre a valorização de elementos que compõem um dos dois pólos da dicotomia necessária ao homem em sociedade, Prado discorre que os bandeirantes, “fortaleza física apurada pela endogamia e seleção num meio propício”, “no anseio do enriquecimento cometeram todos os crimes que os homens dessa época praticavam para a satisfação de suas paixões”, mas “representam, porém, uma força de heroísmo anônimo e individualista, decisiva na integração do território” (PRADO, 1928, p. 45-46). Suas aptidões “conservava, como desde os tempos piratininganos, os traços característicos da sua formação: interesse, dinamismo, energia, curiosidade, ambição” (PRADO, 1928, p. 60). Sobre um bandeirante específico, Antônio Raposo Tavares, escreve que “os seus crimes, que [Padre Antônio] Vieira assinala, não deslustravam o valor da façanha, ‘uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo’”. E insiste um pouco mais: “heróis de uma heroicidade instintiva, quotidiana e desordenada, farejando os sertões para que outros se aproveitassem da caça” onde “ao bandeirante em geral bastavam a sua resistência física e a teimosia insistente e impulsiva que o empurrava sempre para mais longe” (PRADO, 1928, p. 49-50).

Sobre os “mamelucos”, e também sobre esta determinação que é a do ímpeto, da aventura, discorre que “na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza pela ascendência livre dos dois lados” e “o índio domesticado [entendido pelo autor como quem deixou de ser silvícola] era em geral, com as suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro – o tipo clássico da caatinga do nordeste”. Citando Capistrano de Abreu, Prado avalia que na sociedade, em geral, havia “manifestações coletivas sempre passageiras” devido à falta da solidariedade e da “cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de Norte a sul, as virtudes ancestrais: simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres” (PRADO, 1928, p. 85).¹²

¹² Como se sabe, Capistrano de Abreu e Prado possuíam uma grande amizade, e o autor de Retrato do Brasil fez da obra do historiador cearense uma forte presença em seus ensaios. Dito isto, o ensaio *Capítulos de História Colonial* (1907) também é um exemplo interessante e importante de uma escrita da história que não é perpassada apenas pelo paradigma do sentido. Há, em seu texto, um forte protagonismo da presença ao tematizar a materialidade da vida cotidiana dos homens das colônias portuguesas nas américas, abordando possibilidades da sensorialidade e a afetividade da vida colonial.

E, novamente, a respeito da miscigenação¹³: “o mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral” (PRADO, 1928, p. 108). A princípio o autor não consegue se convencer de incapacidades étnicas tão próprias a teorias racialistas desenvolvidas pelos europeus no início do século XX, mas sim problemas éticos e afetivos no que tange aos costumes - causados pela falta de equilíbrio dos atributos sociais e políticos, ou seja, problemas constituídos socialmente e historicamente. Por essa razão, aponta que a escravidão debilitou por gerações a possibilidade do homem negro exercer suas potencialidades já que “além de não ter propriedade do seu corpo, perde também à propriedade de sua alma. Essa fraqueza transformou-se em função catalítica no organismo social: reduziu a própria miséria moral e sentimental do negro a ilusória superioridade do senhor de escravos” (PRADO, 1928, p. 109). Segundo Paulo Prado:

Todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores. Diferenças quantitativas e não qualitativas disse um sociólogo americano: o ambiente, os caracteres ancestrais, determinando mais o procedimento do indivíduo do que a filiação racial (PRADO, 1928, p. 106).

Mesmo tematizando elementos racialistas, os argumentos de Prado inclinam-se mais constantemente a uma perspectiva cultural e histórico-sociológica. Essas capacidades e potencialidades étnicas (“mental”, “adaptação à civilização”, ser “sadio”, “de iniciativa pessoal”, “de grande poder imaginativo”, “organizador”, “laborioso”) foram subdesenvolvidas pela falta dos elementos adequados da coletividade ou pelos excessos de expressão da individualidade e da liberdade – muitas vezes, da liberdade da ação coercitiva e violenta de uns indivíduos sobre outros. Criou-se um ambiente propício ao abuso dos “vícios”, da “luxúria” e da “cobiça” intensificados, segundo o ensaísta, pelo “Romantismo”. Esse movimento, para Prado, viria a enfatizar esta crise. Sobre os abusos românticos, “caracterizaram-na [a ‘infecção’ do romantismo] dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação da

¹³ Há em seu ensaio, não de forma incomum segundo os equívocos da época, uma dúvida quanto se a miscigenação pode acarretar algum problema fisiológico: “por outro lado, as populações oferecem tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra as doenças e vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças.” (PRADO, 1928, p. 108).

sensibilidade”. Para o autor, a expressão *romantismo* possui uma dualidade que o define como o “do sentimento” e “o da inteligência”: “um é o sinônimo de lirismo e de pessimismo, o segundo, ao contrário, é uma afirmação de generosidade, de ardor, de fé no inesgotável poder do espírito humano”.

Uns o contrapõe ao classicismo, representativo dos sentimentos da ordem, da lógica, do homogêneo, do abstrato, da razão, da clareza em oposição às tendências concretas de fato e de vida, de tradição e de movimento que caracterizam, para assim dizer, a estrutura básica do pensamento e sensibilidades românticas. Para outros, o romantismo é simplesmente uma atitude ou um modo de ser de uma época turva e revoltada reagindo contra as antigas disciplinas que insistiam sem resultado em abafar a ânsia de independência, tão peculiar as multidões libertadas do fim do século XVIII. [...] Tudo no romantismo vem de Rousseau, em Rousseau tudo é romântico. Dele vem em literatura o egocentrismo sentimental e exibicionista, o sonhar inútil e solitário, o orgulho e o espírito de revolta que deram um cunho tão peculiar às gerações atraídas pela sedução do cidadão de Genebra. Não é menor, porém, a sua influência na história política do mundo. Da sua grandiloquência nasceram os lugares-comuns que deram à Revolução francesa a sua empolada fraseologia. [...] Inventar-se a retórica política. O mundo ia embriagar-se com palavras. Quarenta anos depois irrompe a Revolução e antes a América já tinha iniciado a sua libertação (PRADO, 1928, p. 88-89).

Suas ironias a respeito da oposição dos “Românticos” aos elementos do classicismo demonstram, para o ensaísta, como “ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico” (PRADO, 1928, p. 88).¹⁴ Outro ponto importante é a ideia de que o trabalho de Rousseau foi o centro do ideal “Romântico”. Para Prado, a obra de Rousseau e dos “românticos” propagaram uma espécie de sofisma da eloquência que inflamou e intensificou os excessos da “liberdade” no século XVIII e XIX. Segundo o autor de *Retrato do Brasil*, Rousseau era lembrado como aquele que através de suas reflexões sobre a liberdade teria induzido os territórios colonizados aos processos de independência, tão necessários ao desenvolvimento da civilização, no entanto, tais movimentos já estariam em curso muito antes de seus trabalhos. Na sua crítica aos “românticos” é importante notar que, dentro de sua própria “descrença”, Prado critica a atitude “pessimista” que desponta nos e a partir dos “românticos”. Seria o “pessimismo” o catalisador, a característica que teria ressaltado a “indolência”, a “fatalidade”, a “passividade”, o “hedonismo”, a “descrença”, a “tristeza”:

[...] as ilusões poéticas, o mau gosto artístico e literário, a divinização da Palavra, todo o divórcio entre a realidade e o artifício, que é, em suma, a própria essência do mal

¹⁴ Mais do que uma característica a ser valorizada no romantismo, este elemento “da inteligência” surge no texto de Prado como uma exacerbação da “ânsia de independência” do século XVIII.

romântico.” (...) No Brasil, do desvario de nossos poetas e da altiloquência dos nossos oradores, restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social. Hipertrofia da imaginação e da sensibilidade, e pela lei das reações em que todo excesso se paga, misantropia e pessimismo. São dois característicos do mal do século. O romântico adora a própria dor. É a fonte mais abundante da sua inspiração (PRADO, 1928, p. 97-99).

Essa condição caracteriza a atitude “melancólica” de Paulo Prado que descrevemos anteriormente. Apesar da constatação das dificuldades aparentemente intransponíveis e constantes, intensificadas pelo que chamamos de aceleração temporal, há uma tensão, uma necessidade em criar uma estratégia pragmática, quer estética, quer lógico-formal, no esforço para chamar a atenção do leitor à ação. Desse modo, podemos afirmar que Prado é um melancólico, mas também (e por isto mesmo) é crítico do pessimismo, da passividade e das consequências que sua intensificação poderia continuar sustentando: a “misanthropia” e a estagnação frente a uma sociedade e uma política a qual necessitaria urgentemente de uma reorganização, isso a partir do que entendia ser eticamente adequado. Na constatação de seus argumentos, seu ensaio parece querer inquietar, polemizar, evidenciar urgências.

Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos [...]. Na luta entre estes apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade destas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior. Foi na exaltação desses instintos que se formou a atmosfera especial em que nasceu, viveu e proliferou o habitante da colônia. Do enfraquecimento da energia física, da ausência ou diminuição da atividade mental um dos resultados característicos nos homens e nas coletividades é sem dúvida a propensão melancólica. (...) Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a sequência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza (PRADO, 1928, p. 69-71).

Em suma, uma das teses principais de Prado é a de que a história lega ao povo ao qual se refere possibilidades e formas mentais e de ação. Quando não há uma combinação minimamente adequada entre elementos dicotômicos como liberdade, individualidade, utilitarismo, insurgência contra excessos da autoridade e, por outro lado, governo,

administração (religião, Estado, trabalho¹⁵), propensão a coletividade, obediência, ética, moralidade; o resultado muito provavelmente será a insociabilidade, o egoísmo, o baixo nível de desenvolvimento da sociedade e até mesmo a tirania. Para Prado, é preciso, através da história, compreender essa relação e tentar intervir em seus efeitos compreendidos como negativos, buscando apontar a urgência da necessidade de gerar estabilidade eticamente orientada.

Durante os processos históricos de constituição do Brasil, os poucos elementos administrativos convenientes (representados, segundo ele, pelos jesuítas, já que há uma forte crítica à organização do Estado) e as características positivas dos indivíduos que constituíam a população (etnias sul americanas e africanas, europeus e seus descendentes) não foram suficientes para suprimir o individualismo e a liberdade exacerbada, gerada e intensificadas pela “luxúria” e a “cobiça” e posteriormente destacada pelo “Romantismo”. É importante lembrar que, para o autor, os bandeirantes possuíam muitas qualidades semelhantes àquelas que caracterizaram os primeiros colonos dos Estados Unidos, porém, a falta dos atributos de governança os levou ao “egoísmo” e à “insociabilidade”.

Com isso, generalizou-se a misantropia e, simultaneamente, a letargia, ou seja, a abstenção da ação e o desânimo. O ensaio de Prado é o esforço através da presença e sentido (descrito através de termos de Gumbrecht) em experienciar e descrever processos históricos, seus legados contraproducentes ao presente e o desafio aparentemente intransponível de superá-los. Em seu *post-scriptum*, fica clara a atitude melancólica do autor a partir da qual, mesmo diante de tamanhos obstáculos, acredita que é preciso apontar alguma possibilidade de transformação da realidade. Segundo ele, há duas alternativas radicais que pareciam próximas ao seu presente e que inevitavelmente, se ocorressem, romperiam a estagnação característica da sociedade brasileira, no entanto, produziriam mais aceleração e instabilidade: seriam a “guerra” ou a “revolução”.

¹⁵ Para Prado, parte da falência de Portugal se explicava pelo excesso de despesas adquirido com a má administração de suas fortunas na procura pelo ouro e um sistema que denegriu o valor dado ao trabalho pelo português através do escravismo, do enriquecimento com a mineração, da manutenção da aristocracia e da falta no investimento de atividades que produzissem uma colônia social e politicamente organizada: “Tinha faltado a Portugal a verdadeira compreensão histórica e econômica da sua missão metropolitana. A nação e o governo recebiam como uma esmola o ouro, as pedras preciosas e os produtos comerciáveis das colônias. Quiseram viver sem trabalhar.” (PRADO, 1928, p. 58).

Essas duas soluções talvez pudessem criar formas de superar parte da experiência negativa do passado brasileiro e reorganizar as formas mentais e do agir de uma sociedade. Isto, somente se e após reestruturar, depois de uma grande instabilidade, a tensão entre as faculdades da individualidade e da coletividade. É importante reafirmar que o ensaísta caracteriza essas alternativas como formas extremas de violência, e, portanto, não se posiciona a favor das mesmas, mas sim de uma saída a partir da investigação, explicitação e intensificação de determinadas dimensões históricas que produzam certo ordenamento ético e afetivo. Novamente, através de suas estratégias lógico-formais e estéticas, ambas, ético-políticas, trata sensorialmente e descritivamente destas duas possibilidades:

A Guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando, encobrem, afastam, anulam. Os novos, os pobres, os esquecidos, os oprimidos surgem quando se atea nas cidades e nos campos o fogo devastador das invasões; é quando se abre o período das falências governamentais. O herói providencial é uma criatura das vicissitudes da guerra. Vem muitas vezes das camadas profundas do povo onde o vão encontrar as necessidades da salvação pública. (...) A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo o que foi mal feito. A humanidade, acordando do falso sossego da ante-guerra, encaminha-se aos poucos para modificações radicais que lhe transformarão não só o aparelho político e financeiro como também a própria essência mental. Procede-se nesta grande crise – a maior certamente de que se tem conhecimento a memória dos homens – à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Ocidente e Oriente. Entram em luta de vida ou morte os mais variados “ismos” com que nunca sonhou a filosofia humana (PRADO, 1928, p. 119-120).

Para o autor, o desatar dessa imobilidade é um elemento necessário à própria história, é a “ânsia de renovação que é a própria pulsação vital da história” (PRADO, 1928, p. 120). Porém, é importante compreender a conclusão de seu esforço estético ético e político, onde Prado, através dos horrores das possibilidades da guerra, da revolução e dos vícios da insociabilidade e individualidade legados pelo nosso passado, tenta causar no leitor, logo antes, a incontestável, desesperada e urgente necessidade de investir nos cuidados com os problemas da sociedade e da política de sua atualidade. Fica claro que, de acordo com o ensaísta, a guerra ou a revolução podem irromper apenas se não houverem os devidos cuidados sociais e políticos.

Considerações finais

Apontar as faltas éticas, o egoísmo, a insociabilidade e outras falhas formativas no passado e no presente e ainda a possibilidade do mesmo ocorrer no futuro, diz respeito à sensação melancólica de Paulo Prado frente a estes problemas. No entanto, trata-se também de uma preocupação ético-política que tenta, de alguma forma, superar no leitor sua letargia, sua inércia, para se atentar às urgências sociais e políticas:

Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da atualidade – só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução (PRADO, 1928, p. 119).

Em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) de Paulo Prado, a relação com o passado e suas interpretações evidenciam uma rica experiência onde o conhecimento sobre a história constitui um importante espaço de orientação para a experiência de tempo acelerada do início do século XX brasileiro. Na mesma direção, aponta uma possibilidade de relação com as experiências passadas no interior do movimento modernista na década de vinte. Desse modo, o esforço de síntese e superação dos entraves que parte irrevogável deste passado colocava ao presente de Prado não poderiam se constituir através de uma simples negação e distanciamento em relação ao passado. Foi preciso buscar nele mesmo algumas perspectivas orientadoras através de alteridades e o reconhecimento de que os processos do passado ecoam no presente. Para produzir uma relação mais apropriada e íntima com este passado também se faz necessário uma experiência sensorial e afetiva com o mesmo.

No esforço de manutenção das expectativas acerca do progresso, da universalização e da modernização (caros a esta temporalidade), não se pôde, nos termos de Koselleck, apenas investir no alargamento do “horizonte de expectativas” e no distanciamento em relação ao “espaço de experiências” (KOSELLECK, 2006). Foi preciso uma complexa reordenação a respeito das diversas experiências passadas, para então estabelecer possibilidades de orientação. Em sua atitude “melancólica”, a partir da qual é preciso se empenhar na resolução de parte das dificuldades por mais extensas e diversas que estejam disponibilizadas, não é de forma arbitrária que Prado recorre mais intensamente a uma pragmática estética ético-política do que àquelas

lógico-formais. Ao evidenciar constantemente a “tristeza”, havia o risco de intensificá-la. Foi preciso então senti-la, mais uma vez experimentá-la, para então matizar, analisar, criar novas relações com este sentimento e assim produzir possibilidades de indicar certa orientação e estabilidade.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX. Coleção documentos. *Série Teoria Política*. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ARAUJO, Valdei Lopes de. RAMOS, André. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na Universal History. *Almanack*, Guarulhos, n. 10, p. 465-491, agosto de 2015.

ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro”. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Tese de doutorado defendida pela UNICAMP em 1994.

CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: UnB, 1963.

CAPISTRANO DE ABREU, João. Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaio e estudos* (crítica e história). 1ª. série., Livraria Briguiet, 1931.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DUTRA, Eliana de Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. *Pessimismo e Ruína: um retrato essencial do Brasil*. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2008.

GIL, Gilson. Gilberto Freyre versus Paulo Prado: a questão da identidade nacional brasileira. *Ci. & Tróp.* v. 22, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927); memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, vol. 06, dez. 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*, Ouro Preto, n.º 3, setembro de 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de modernidade; Espaços de tempo pós-modernos”. In: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença; o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade; presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 96-110, 1997.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historicismo: útil e o agradável”. In: VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio Ricardo da; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A questão nacional na primeira república”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, vol.30, n.59, p. 37-52, 2010.

POCOCK, J. G. A. *The machiavellian moment*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. (Versão digitalizada da primeira edição de 1928, publicada em 2006) São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (reunidas), 1928.

RAMOS, André. *Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de mestrado defendida pela UFOP em 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. O clima histórico no período regencial sob o olhar do romantismo: pessimismo e esperança na poesia de Gonçalves de Magalhães. *Revista ArtCultura*, v. 15, n. 26, jan. – jun., p. 169-186, 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Reflexão e diálogo: liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira*. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2005.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (Stimmung). *Revista expedições: teoria da história & historiografia*, v. 25, n. 2, Jul. Dez., p. 53-62, de 2014.

RIBEIRO, João. *História do Brazil*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho. 1901.

ROSAVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WALDMAN, Thaís Chang. *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*. Dissertação de mestrado defendida pela USP em 2009.